

DOMINGO VI DA PÁSCOA

CIC 2746-2751: a oração de Jesus na última Ceia

- 2746** Ao chegar a sua «Hora», Jesus ora ao Pai¹. A sua oração, a mais longa que nos é transmitida pelo Evangelho, abraça toda a economia da criação e da salvação, bem como a sua morte e ressurreição. A oração da «Hora» de Jesus continua sempre sua, tal como a sua Páscoa, acontecida «uma vez por todas», continua presente na liturgia da sua Igreja.
- 2747** A tradição cristã chama-lhe, a justo título, a oração «sacerdotal» de Jesus. Ela é, de facto, a oração do nosso Sumo-Sacerdote, inseparável do seu sacrifício, da sua «passagem» (páscoa) deste mundo para o Pai, em que é inteiramente «consagrado» ao Pai².
- 2748** Nesta oração pascal, sacrificial, tudo está «recapitado» n'Ele³: Deus e o mundo, o Verbo e a carne, a vida eterna e o tempo, o amor que se entrega e o pecado que o atraiçoa, os discípulos presentes e os que n'Ele hão-de crer pela palavra deles, a humilhação e a glória. É a Oração da Unidade.
- 2749** Jesus cumpriu perfeitamente a obra do Pai e a sua oração, como o seu sacrifício estende-se até à consumação do tempo. A oração da «Hora» preenche os últimos tempos e leva-os à sua consumação. Jesus, o Filho a Quem o Pai tudo deu, entrega-Se todo ao Pai; e, ao mesmo tempo, exprime-Se com uma liberdade soberana⁴, segundo o poder que o Pai Lhe deu sobre toda a carne. O Filho, que Se fez Servo, é o Senhor, o *Pantocrátor*. O nosso Sumo-Sacerdote que ora por nós é também Aquele que em nós ora e o Deus que nos atende.
- 2750** É entrando no santo nome do Senhor Jesus que podemos acolher, desde dentro, a oração que Ele nos ensina: «Pai nosso!». A sua oração sacerdotal inspira, a partir de dentro, as grandes petições do Pai-nosso: a preocupação com o nome do Pai⁵, a paixão pelo seu Reino (a glória)⁶, o cumprimento da vontade do Pai, do seu desígnio de salvação⁷, e a libertação do mal⁸.
- 2751** Finalmente, é nesta oração que Jesus nos revela e nos dá o «conhecimento» indissociável do Pai e do Filho⁹, que é o próprio mistério da vida de oração.

¹ Cf. Jo 17.

² Cf. Jo 17, 11.13.19.

³ Cf. Ef 1, 10.

⁴ Cf. Jo 17, 11.13.19.24.

⁵ Cf. Jo 17, 6.11.12.26.

⁶ Cf. Jo 17, 1.5.10.22.23-26.

⁷ Cf. Jo 17, 2.4.6.9.11.12.24.

⁸ Cf. Jo 17, 15.

⁹ Cf. Jo 17, 3.6-10.25.

CIC 243, 388, 692, 729, 1433, 1848: o Espírito Santo, Advogado/Consolador

- 243** Antes da sua Páscoa, Jesus anuncia o envio de um «outro Paráclito» (Defensor), o Espírito Santo. Agindo desde a criação¹⁰ e tendo outrora «falado pelos profetas»¹¹, o Espírito Santo estará agora junto dos discípulos, e neles¹², para os ensinar¹³ e os guiar «para a verdade total» (Jo 16, 13). E, assim, o Espírito Santo é revelado como uma outra pessoa divina, em relação a Jesus e ao Pai.
- 388** Com o progresso da Revelação, vai-se esclarecendo também a realidade do pecado. Embora o povo de Deus do Antigo Testamento tenha abordado a dor da condição humana à luz da história da queda narrada no Génesis, não podia atingir o significado último dessa história, o qual só se manifesta à luz da Morte e Ressurreição de Jesus Cristo¹⁴. É preciso conhecer Cristo como fonte da graça para reconhecer Adão como fonte do pecado. Foi o Espírito Paráclito, enviado por Cristo ressuscitado, que veio «confundir o mundo em matéria de pecado» (Jo 16, 8), revelando Aquele que é o seu redentor.
- 692** Jesus, ao anunciar e prometer a vinda do Espírito Santo, chama-Lhe o Παράκλητος, que, à letra, quer dizer: «aquele que é chamado para junto», *ad-vocatus* (Jo 14, 16. 26; 15, 26; 16, 7). Παράκλητος traduz-se habitualmente por «Consolador», sendo Jesus o primeiro consolador¹⁵. O próprio Senhor chama ao Espírito Santo «o Espírito da verdade»¹⁶.
- 729** Só quando chega a Hora em que vai ser glorificado, é que Jesus *promete* a vinda do Espírito Santo, pois a sua morte e ressurreição serão o cumprimento da promessa feita aos antepassados¹⁷. O Espírito da verdade, o outro Paráclito, será dado pelo Pai a pedido de Jesus; será enviado pelo Pai em nome de Jesus; Jesus O enviará de junto do Pai, porque do Pai procede. O Espírito Santo virá, nós O conheceremos, Ele ficará connosco para sempre, habitará connosco; há-de ensinar-nos tudo, há-de lembrar-nos tudo o que Cristo nos disse e dará testemunho d'Ele; conduzir-nos-á à verdade total e glorificará a Cristo. Quanto ao mundo, confundi-lo-á em matéria de pecado, de justiça e de julgamento.
- 1433** Depois da Páscoa, é o Espírito Santo que «confunde o mundo no tocante ao pecado», isto é, faz ver ao mundo o pecado de não ter acreditado n'Aquele que o Pai enviou¹⁸. Mas este mesmo Espírito, que desmascara o pecado, é o Consolador¹⁹ que dá ao coração do homem a graça do arrependimento e da conversão²⁰.

¹⁰ Cf. Gn 1, 2.

¹¹ Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.

¹² Cf. Jo 14, 17.

¹³ Cf. Jo 14, 26.

¹⁴ Cf. Rm 5, 12-21.

¹⁵ Cf. 1 Jo 2, 1 (*paráklêton*).

¹⁶ Cf. Jo 16, 13.

¹⁷ Cf. Jo 14, 16-17.26; 15, 26; 16, 7-15; 17, 26.

¹⁸ Cf. Jo 16, 8-9.

¹⁹ Cf. Jo 15, 26.

²⁰ Cf. Act 2, 36-38; JOÃO PAULO II, Enc. *Dominum et vivificantem*, 27-48: AAS 78 (1986) 837-868.

1848 Como afirma São Paulo: «Onde abundou o pecado, superabundou a graça». Mas para realizar a sua obra, a graça tem de pôr a descoberto o pecado, para converter o nosso coração e nos obter «a justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo, nosso Senhor» (*Rm 5, 20-21*). Como um médico que examina a chaga antes de lhe aplicar o penso, Deus, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, projecta uma luz viva sobre o pecado:

«A conversão *requer o reconhecimento do pecado*. Contém em si mesma o juízo interior da consciência. Pode ver-se nela a prova da acção do Espírito de verdade no mais íntimo do homem. Torna-se, ao mesmo tempo, o princípio dum novo dom da graça e do amor: “Recebei o Espírito Santo”. Assim, neste “convencer quanto ao pecado”, descobrimos *um duplo dom*: o dom da verdade da consciência e o dom da certeza da redenção. O Espírito da verdade é o Consolador»²¹.

CIC 1965-1974: a Nova Lei aperfeiçoa a Antiga Lei

1965 A Lei nova ou Lei evangélica é a perfeição, na terra, da Lei divina, natural e revelada. É obra de Cristo e tem a sua expressão, de modo particular, no sermão da montanha. É também obra do Espírito Santo e, por Ele, torna-se a lei interior da caridade: «Estabelecerei com a casa de Israel uma aliança nova [...] Hei-de imprimir as minhas leis no seu espírito e gravá-las-ei no seu coração. Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo» (*Heb 8, 8-10*)²².

1966 A Lei nova é a *graça do Espírito Santo*, dada aos fiéis pela fé em Cristo. Opera pela caridade e serve-se do sermão do Senhor para nos ensinar o que se deve fazer, e dos sacramentos para nos comunicar a graça de o fazer:

«Aquele que quiser meditar com piedade e perspicácia o sermão que nosso Senhor pronunciou na montanha, tal como o lemos no Evangelho de São Mateus, nele encontrará, sem dúvida alguma, a carta perfeita da vida cristã [...]. Esse sermão encerra todos os preceitos próprios para guiar a vida cristã»²³.

1967 A Lei evangélica «cumpre»²⁴, apura, ultrapassa e leva à perfeição a Lei antiga. Nas «bem-aventuranças», ela *cumpr*e as *promessas* divinas, elevando-as e ordenando-as para o «Reino dos céus». Dirige-se àqueles que estão dispostos a acolher com fé esta esperança nova: os pobres, os humildes, os aflitos, os corações puros, os perseguidos por causa de Cristo, traçando assim os surpreendentes caminhos do Reino.

1968 A Lei evangélica *dá cumprimento aos mandamentos* da Lei. O sermão do Senhor, longe de abolir ou desvalorizar as prescrições morais da Lei antiga, tira deles virtualidades ocultas, fazendo surgir novas exigências: revela toda a verdade divina e humana que elas contêm. Não acrescenta preceitos externos novos; mas chega a reformar a raiz dos actos, o coração, onde o homem escolhe entre o puro e o impuro²⁵, onde se formam a fé, a esperança e a caridade e, com

²¹ JOÃO PAULO II, Enc. *Dominum et vivificantem*, 31: AAS 78 (1986) 843.

²² Cf. *Jr 31*, 31-34.

²³ SANTO AGOSTINHO, *De sermone Domini in monte*, 1, 1, 1: CCL 35, 1-2 (PL 34, 1229-1231).

²⁴ Cf. *Mt 5*, 17-19.

²⁵ Cf. *Mt 15*, 18-19.

elas, as outras virtudes. Assim, o Evangelho leva a Lei à sua plenitude, pela imitação da perfeição do Pai celeste²⁶, pelo perdão dos inimigos e pela oração pelos perseguidores, à maneira da generosidade divina²⁷.

1969 A Lei nova *pratica os actos da religião*: a esmola, a oração, o jejum, ordenando-os para «o Pai que vê no segredo», ao contrário do desejo «de ser visto pelos homens»²⁸. A sua oração é o «Pai Nosso»²⁹.

1970 A Lei evangélica supõe a escolha decisiva entre «os dois caminhos»³⁰ e a passagem à prática das palavras do Senhor³¹; resume-se na regra de ouro: «Tudo quanto quiserdes que os homens vos façam, fazei-lho, de igual modo, vós também, pois nisso consiste a Lei e os Profetas» (*Mt 7, 12*)³².

Toda a Lei evangélica se apoia no «*mandamento novo*» de Jesus³³, de nos amarmos uns aos outros como Ele nos amou³⁴.

1971 Ao sermão do Senhor convém juntar a *catequese moral dos ensinamentos apostólicos*, como *Rm 12-15*; *1 Cor 12-13*; *Cl 3-4*; *Ef 4-5*; etc.. Esta doutrina transmite o ensinamento do Senhor com a autoridade dos Apóstolos, sobretudo pela exposição das virtudes que dimanam da fé em Cristo e que são animadas pela caridade, o principal dom do Espírito Santo. «Seja a vossa caridade sem fingimento [...]. Amai-vos uns aos outros com amor fraterno [...]. Sede alegres na esperança, pacientes na tribulação, perseverantes na oração, acudindo com a vossa parte às necessidades dos santos, procurando o ensejo de exercer a hospitalidade» (*Rm 12, 9-12*). Esta catequese ensina-nos a tratar os casos de consciência à luz da nossa relação com Cristo e com a Igreja³⁵.

1972 A Lei nova é chamada *Lei do amor*, porque faz agir mais pelo amor infundido pelo Espírito Santo do que pelo temor; *Lei da graça*, porque confere a força da graça para agir pela fé e pelos sacramentos; *Lei de liberdade*³⁶, porque nos liberta das observâncias rituais e jurídicas da Lei antiga, nos inclina a agir espontaneamente sob o impulso da caridade e, finalmente, nos faz passar da condição do escravo «que ignora o que faz o seu senhor», para a do amigo de Cristo: «porque vos dei a conhecer tudo o que ouvi do meu Pai» (*Jo 15, 15*); ou ainda para a condição de filho herdeiro³⁷.

1973 Além dos seus preceitos, a Lei nova inclui também os *conselhos evangélicos*. A distinção tradicional entre os mandamentos de Deus e os conselhos evangélicos estabelece-se por referência à caridade, perfeição da vida cristã. Os preceitos destinam-se a afastar tudo o que é incompatível com a caridade. Os conselhos

²⁶ Cf. *Mt 5, 48*.

²⁷ Cf. *Mt 5, 44*.

²⁸ Cf. *Mt 6, 1-6*; *16-18*.

²⁹ Cf. *Mt 6, 9-13*.

³⁰ Cf. *Mt 7, 13-14*.

³¹ Cf. *Mt 7, 21-27*.

³² Cf. *Lc 6, 31*.

³³ Cf. *Jo 13, 34*.

³⁴ Cf. *Jo 15, 12*.

³⁵ Cf. *Rm 14*; *1 Cor 5-10*.

³⁶ Cf. *Tg 1, 25*; *2, 12*.

³⁷ Cf. *Gl 4, 1-7*; *21-31*; *Rm 8, 15-17*.

têm por fim afastar o que, mesmo sem lhe ser contrário, pode constituir impedimento à expansão da caridade³⁸.

1974 Os conselhos evangélicos manifestam a plenitude viva da caridade, sempre insatisfeita por não dar mais. Atestam o seu ímpeto e solicitam a nossa prontidão espiritual. A perfeição da Lei nova consiste essencialmente nos preceitos do amor de Deus e do próximo. Os conselhos indicam caminhos mais directos, meios mais adequados, e são praticáveis segundo a vocação de cada um:

«Deus não quer que cada um observe todos os conselhos, mas somente os que são convenientes, segundo a diversidade das pessoas, dos tempos, das ocasiões e das forças, consoante a caridade o requer; pois é ela que, como rainha de todas as virtudes, de todos os mandamentos, de todos os conselhos, em suma, de todas as leis e de todas as acções cristãs, lhes dá a todos e a todas o lugar, a ordem, o tempo e o valor»³⁹.

CIC 865, 869, 1045, 1090, 1198, 2016: a Jerusalém celeste

865 A Igreja é *una, santa, católica e apostólica* na sua identidade profunda e última, porque é nela que existe desde já, e será consumado no fim dos tempos, «o Reino dos céus», «o Reino de Deus»⁴⁰, que veio até nós na Pessoa de Cristo e que cresce misteriosamente no coração dos que n'Ele estão incorporados, até à sua plena manifestação escatológica. Então, *todos* os homens por Ele resgatados e n'Ele tornados «*santos* e imaculados na presença de Deus no amor»⁴¹, serão reunidos como *o único* povo de Deus, «a Esposa do Cordeiro»⁴², «a Cidade santa descida do céu, de junto de Deus, trazendo em si a glória do mesmo Deus»⁴³. E «a muralha da cidade assenta sobre doze alicerces, cada um dos quais tem o nome de um dos *Doze apóstolos do Cordeiro*» (Ap 21, 14).

869 A Igreja é apostólica: *está edificada sobre alicerces duradouros, que são «os Doze apóstolos do Cordeiro»⁴⁴; é indestrutível⁴⁵; é infalivelmente mantida na verdade: Cristo é quem a governa por meio de Pedro e dos outros apóstolos, presentes nos seus sucessores, o Papa e o colégio dos bispos.*

1045 *Para o homem*, esta consumação será a realização final da unidade do género humano, querida por Deus desde a criação e da qual a Igreja peregrina era «como que o sacramento»⁴⁶. Os que estiverem unidos a Cristo formarão a comunidade dos resgatados, a «Cidade santa de Deus» (Ap 21, 2), a «Esposa do Cordeiro» (Ap 21, 9). Esta não mais será atingida pelo pecado, pelas manchas⁴⁷, pelo amor próprio, que destroem e ferem a comunidade terrena dos homens.

³⁸ Cf. SÃO TOMÁS DE AQUINO, *Summa theologiae*, 2-2. Q. 184, a. 3: Ed. Leon. 10, 453-454.

³⁹ SÃO FRANCISCO DE SALES, *Traité de l'amour de Dieu*, 8, 6: *Oeuvres*, v. 5 (Anecy 1894) p. 75.

⁴⁰ Cf. Ap 19, 6.

⁴¹ Cf. Ef 1, 4.

⁴² Cf. Ap 21, 9.

⁴³ Cf. Ap 21, 10-11.

⁴⁴ Cf. Ap 21, 14.

⁴⁵ Cf. Mt 16, 18.

⁴⁶ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 1: AAS 57 (1965) 5.

⁴⁷ Cf. Ap 21, 27.

A visão beatífica, em que Deus Se manifestará aos eleitos de modo inesgotável, será a fonte inexaurível da felicidade, da paz e da mútua comunhão.

- 1090** «Na liturgia da terra, participamos, saboreando-a de antemão, na liturgia celeste, celebrada na cidade santa de Jerusalém, para a qual nos dirigimos como peregrinos e onde Cristo está sentado à direita de Deus, como ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo; com todo o exército da milícia celestial, cantamos ao Senhor um hino de glória; venerando a memória dos santos, esperamos ter alguma parte e comunhão com eles; e aguardamos o Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo, até que Ele apareça como nossa vida e também nós apareçamos com Ele na glória»⁴⁸.
- 1198** *Na sua condição terrena, a Igreja tem necessidade de lugares onde a comunidade possa reunir-se: as nossas igrejas visíveis, lugares sagrados, imagens da Cidade santa, da Jerusalém celeste para a qual caminhamos como peregrinos.*
- 2016** Os filhos da santa Igreja, nossa Mãe, esperam justamente a *graça da perseverança final e a recompensa* de Deus seu Pai pelas boas obras realizadas com a sua graça, em comunhão com Jesus⁴⁹. Guardando a mesma regra de vida, os crentes partilham a «bem-aventurada esperança» dos que a misericórdia divina reúne na «Cidade santa, a nova Jerusalém, que desce do céu, como noiva adornada para o seu Esposo» (Ap 21, 2).

⁴⁸ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. *Sacrosanctum Concilium*, 8: AAS 56 (1964) 101; cf. Id., Const. dogm. *Lumen Gentium*, 50: AAS 57 (1965) 55-57.

⁴⁹ Cf. CONCÍLIO DE TRENTO, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione*, can. 26: DS 1576.